

ATA DA 398ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral do Estado, Rafael Valle Vernaschi. Presentes os (as) Conselheiros (as): Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Alexandre Orsi Netto, Bruno Diaz Napolitano, Horacio Xavier Franco Neto, Kathya Beja Romero, Representando a Terceira Subdefensoria Pública-Geral, Luis Marcelo Mendonça Bernardes, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Pedro Antonio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Alderon Pereira da Costa, e Representando a Apadep, Jose Moacyr Doretto Nascimento. Ausentes justificadamente os Conselheiros Bruno Ricardo Miragaia Souza e Wagner Ribeiro de Oliveira. O Presidente iniciou a sessão às 09h50min, comunicando que, na última quinta-feira, havia sido enviado o Informativo de Gestão destacando alguns detalhes sobre a premiação do serviço de teleatendimento, conferido pela Associação Brasileira de Telesserviços (ABT) com o Troféu Destaque do Prêmio Nacional de Telesserviços. Parabenizou a gestão anterior, em especial, o antigo Assessor de Qualidade do Atendimento, Defensor Público Marcos Henrique Caetano e a antiga Defensora Pública-Geral, Defensora Pública Daniela Sollberger. Parabenizou os atuais envolvidos os quais sejam: a Defensora Pública Assessora da Qualidade do Atendimento Leila Rocha Sponton, a Assistente Técnica de Defensoria da Assessoria de Qualidade de Atendimento (AQA) Neide Aparecida dos Santos, o Defensor Público Coordenador do Atendimento Especializado ao Público Inicial Luiz Felipe Fagundes, o Agente Programador da Coordenadoria de Tecnologia de Informação (CTI) Guilherme do Nascimento Guiral e o engenheiro de telecomunicações da Coordenadoria Geral de Administração (CGA) Renato de Seixas Pereira Junior, além do Analista de Sistemas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Renato Bonesso, e da empresa contratada que presta o serviço. Ressaltou sobre o acompanhamento realizado pelo Segundo e Terceiro Subdefensor Público-Geral, Defensores Públicos Bruno Napolitano e Luís Gustavo Fontanetti, respectivamente, nos locais onde o teleatendimento já estava instalado, citando a Capital, Guarulhos e Campinas. Comunicou que os Defensores Públicos Jairo Salvador e André Eugênio Marcondes, ambos da Unidade São José dos Campos, foram indicados ao Prêmio Inovare, com o projeto "A atuação da Defensoria Pública na promoção do acesso de populações vulneráveis aos mecanismos de prevenção e solução de conflitos das instituições financeiras internacionais". Comunicou que, também, concorrem ao prêmio as Defensorias Públicas do Ceará e Maranhão, e informou que a premiação tem previsão para ser realizada em 16 de dezembro. Por fim, comunicou que a comissão criada para a adequação da Lei Complementar nº 988/06 à Emenda Constitucional nº 80 havia avançado bastante, em prol da valorização da instituição e na questão remuneratória. Citou que, na última reunião, foram debatidos diversos assuntos, tais como o pagamento de substituições, auxílio saúde e contagem de tempo de inscrição na OAB. Informou que a Comissão tem se debruçado sobre a questão dos três anos de atividade jurídica, requisito necessário para o Concurso de Defensores Públicos, caminhando no sentido de viabilizar-se a contagem do tempo como estagiário de Direito. Informou que ainda há discussão sobre a quantidade de projetos legislativos, mas pontuou que parte da premissa de buscar-se o consenso quanto a quantidade, a fim de que os projetos tenham chances reais de aprovação pela Assembleia Legislativa. Após, passaram-se às comunicações da Secretaria. Justificaram-se as ausências dos Conselheiros Wagner Ribeiro e Bruno Miragaia em razão de férias. Após, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra para ao primeiro inscrito, Defensor Público Diretor da EDEPE, Danilo Mendes. Ele prestou informações sobre os Pré-Encontros, e projetou uma apresentação explicativa. Mencionou que obteve setenta por cento de aprovação entre os Defensores Públicos, que ficaram satisfeitos com o evento. Agradeceu a participação e presença da Defensoria Pública-Geral e da Corregedoria-Geral, que trouxe nova análise dos relatórios mensais. Convidou a todos os presentes para estarem no Encontro Estadual dos Defensores, a ser realizado em 29 de novembro, na Assembleia Legislativa, e lembrou que precisa de quórum de vinte por

cento dos Defensores em atividade mencionou que a data escolhida para o encontro foi mediante pesquisa entre os Defensores, e chamou a atenção pela ausência dos Coordenadores da EDEPE nas Regionais de Araçatuba, Bauru, Campinas, Regional Criminal, Regional Leste, Jundiá, Mogi das Cruzes, Osasco, São José do Rio Preto e Sorocaba. Apresentou seu projeto para 2015, visando descentralizar os cursos, e mencionou que precisaria da parceria desses Coordenadores da Edepe. Observou que a participação do Coordenador da Edepe obtém direito a um ponto no concurso de promoção da carreira. Por fim, comunicou que a palestra sobre a Emenda Constitucional nº 80, realizada no último dia 24 de outubro teve repercussão nacional, sendo citada por vários meios de comunicação, e avaliou que embora algumas entidades não tenham citado a EDEPE como organizadora, lembrou que a Edepe havia providenciado o pagamento das passagens aéreas aos palestrantes e participado ativamente para a viabilizar a realização do Evento, inclusive na contratação de palestrantes. Por fim, considerou que o evento trouxe bons frutos à Defensoria Pública. Após, o Presidente franqueou a palavra para ao segundo inscrito, Senhor Igor Dantas Melo, estagiário da Unidade Polo Cível Central. Ele pediu a valorização dos estagiários de direito, e relatou a precariedade do serviço, pontuando que os estagiários funcionam como a força motriz da instituição, que são compostos por quarenta e quatro por cento de toda força de trabalho da Defensoria.. Mencionou que haviam realizado um abaixo assinado, que seria protocolado na Secretaria do órgão, pedindo o reajuste da bolsa estágio e do vale transporte e férias proporcionais, sendo que este último item está sendo apreciado pela Justiça do Trabalho e acompanhado pela Assessoria Jurídica. Relatou que teve dificuldade para acessar o processo do Conselho Superior, e pontuou que somente teve vista dos autos através do Serviço de Informação ao Cidadão da Defensoria, e soube que o processo está tramitando desde dezembro de 2013. Discordou do voto do Conselheiro Wagner Ribeiro, mas concluiu que os Conselheiros votaram, por unanimidade solicitando diligência. Ressaltou que os estagiários recebem cinquenta e quatro reais por mês para auxílio transporte, enquanto que noutros órgãos jurídicos tem valor integral do transporte. Comparou que os servidores da instituição recebem quatro passagens por dia, além de um vale refeição de trinta reais por dia, enquanto os estagiários se sentem inferiorizados. Por fim, reivindicou uma bolsa de estágio digna, visando erradicar a pobreza. Por fim, observou que, atualmente, os estagiários iniciam o trabalho na Defensoria sem treinamento. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra para a terceira inscrita, Senhora Fernanda Tato, estagiária de Direito da Unidade Cível Central. Ela afirmou que a bolsa estágio é incompatível com outros estágios públicos e privados, e justificou que por isso haveria uma rotatividade muito grande, além da licença prova que fica sujeita à aprovação do superior. Por fim, relatou que a Defensoria Pública foi acionada pelo Ministério Público do Trabalho, já havendo sentença de primeira instância para aplicação da Lei Federal, que regulamenta o estágio. Na sequência, o Presidente franqueou a palavra para a quarta inscrita, Senhora Carmen Brasolin, estagiária do Núcleo da Habitação e Urbanismo. Ela reiterou a relevância do pedido, e justificou que cinquenta e seis por cento dos estagiários que trabalham na instituição são mal remunerados. Solicitou que a Defensoria Pública cumpra sua missão constitucional e valorize as pessoas que trabalham nela. Defendeu que o reajuste não é meramente econômico, e mostrou a importância da qualidade do trabalho desenvolvido pelos estagiários. Por fim, pediu o cumprimento da lei do estágio, visando oferecer melhores condições de trabalho ao estagiário. Em continuação, o Presidente franqueou a palavra para o quinto inscrito, Senhor Lucas Becse, estagiário da Unidade Jabaquara. Ele citou que o voto do Conselheiro Wagner Ribeiro relata que não havia sido comprovado que o vale transporte era insuficiente, e afirmou que o fato é notório, pois o valor do transporte que hoje é de três reais é superior ao auxílio oferecido pela instituição, e encerrou pedindo mais sensibilidade por parte dos Conselheiros. A seguir, o Presidente franqueou a palavra para a sexta inscrita, Senhora Maria Fernanda de Carvalho, estagiária da Unidade Vara de Execuções Criminais da Barra Funda. Ela falou que quando o estagiário de Direito não vai trabalhar, o atendimento não acontece, e afirmou que os estagiários realizam um trabalho essencial, pois os Defensores não dão conta do trabalho sozinho. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra para o sétimo inscrito, Senhor Anderson Miranda, representante

do Núcleo de Estudos da Educafro. Ele relatou que setenta e sete por cento dos jovens assassinados são negros, e mostrou a necessidade de frear o crescimento desses crimes. Mostrou preocupação pela ausência de compromisso do Colegiado no julgamento do processo que trata sobre as cotas, e pediu o cumprimento da Constituição Federal pela preservação dos direitos fundamentais. Defendeu que através da questão da diversidade racial pode-se combater o racismo principalmente no campo institucional. Por fim, citou uma fala de Matim Luter King, de modo que dêem o primeiro passo com fé. Após, o Presidente franqueou a palavra para o oitavo inscrito, Senhor Uelinton Marcelino Junior, estudante da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Ele mostrou efetividade na implantação das cotas, e pediu para aplicar o percentual de cotas em todas as etapas do concurso. Considerou que não deveria existir nota de corte para os cotistas. Por fim, citou um trecho da obra de Aristóteles. Após, o Presidente franqueou a palavra para o nono inscrito, Frei Davi, Representante da ONG Educafro. Ele parabenizou os estagiários de Direito por trazerem suas angústias, e considerou que a Defensoria Pública vai reverter as condições do estágio. Com relação as cotas, apelou para aplicar cotas ao concurso estagiários de direito. Após, relatou que a notícia da implantação de cotas raciais na Defensoria Pública de São Paulo foi divulgada em vários órgãos pelo Brasil, e pediu ao Conselho Superior compreensão do que são ações afirmativas, oferecendo oportunidades aos excluídos. Citou a implantação de cotas raciais na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), no curso de medicina, e relatou que os alunos cotistas tinham média de quarenta por cento, sendo menor que os demais. Abordou que houve melhoria nas aulas dadas pelos professores, sendo que posteriormente, os cotistas quando não iguaram, superaram os demais alunos. Citou o Ministério Público do Rio de Janeiro, que aplica a cota de vinte por cento, mas com pouca efetividade, bem como a Universidade de São Paulo (USP), que possui um sistema de cotas pífio. Por fim, propôs que todos os candidatos disputassem as vagas normalmente, e as vagas fossem preenchidas com a cota de vinte por cento pelos que não foram aprovados na primeira fase, aplicando as cotas tanto na primeira como na segunda fase do concurso. Ao final do momento aberto, o Presidente fez alguns esclarecimentos. Com relação à valorização dos estagiários, manifestou que os estagiários tem o reconhecimento e a importância dentro da instituição, e pontuou que eles são essenciais para a Defensoria Pública-Geral. Mencionou a importância de buscarem concretizar uma comissão de estagiários para viabilizar diálogo, de forma permanente visando a oferecer melhorias, tanto no valor da bolsa, como na capacitação, envolvendo a EDEPE. Relatou que a Coordenadoria Geral da Administração tem realizado diligências, buscando a suplementação de orçamento para a Defensoria, visando elevar a no mesmo patamar obtido pelo Tribunal de Justiça e tentando emendas parlamentares para acréscimo orçamentário. Por fim, esclareceu que o número de estagiários na Defensoria tem seguido legislação especial da lei Complementar nº 988/06, e colocou a Defensoria Pública-Geral a disposição para avançar nos pleitos. Não havendo mais inscritos, o Presidente abriu a palavra aos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Pedro Avellar sugeriu, preliminarmente, que as manifestações do tipo de prestações de contas da EDEPE, Núcleos e outros fossem desvinculados do momento aberto. O Ouvidor-Geral, Alderon Pereira solicitou um aparte sobre possível restrição do momento aberto, e defendeu que não se pode cercear esse momento, que seria um espaço sagrado da sociedade civil, solicitando a formalização da comissão sobre estagiários. Em resposta, o Presidente respondeu que em momento algum se pensou em restringir o uso do momento aberto, apenas limitar por representação, de modo que pudesse ser reduzido o número de pessoas ou limitar o tempo para cinco minutos. Por fim, garantiu que o momento aberto será mantido e que a ideia é sempre aperfeiçoar os procedimentos. Manifestou que tem tentado organizar as manifestações, visando garantir a participação de todos os interessados. Com relação ao processo dos estagiários, o Conselheiro Pedro Avellar pontuou que o processo está em diligência, e considerou que pelo tempo decorrido já devia ter sido deliberado, mas não recorda o motivo pelo qual ainda não tinha sido decidido. Quanto ao mérito, manifestou-se favoravelmente ao pleito dos estagiários, mas avaliou que a reivindicação tinha sido realizada sem respeitar as formalidades. Defendeu a valorização do estagiário e um concurso mais rigoroso para selecioná-los. Com relação à alegação de que seria a

força motriz da Defensoria, considerou um exagero, e afirmou que abria mão dos seus três estagiários, pois conseguia trabalhar sem eles. O Conselheiro Luiz Eduardo contou que realizou seu estágio no Ministério Público, cuja bolsa era de valor muito baixo, cerca de quarenta reais. Concordeu que os estagiários devem ter os seus direitos reconhecidos e respeitados, mas considerou que reivindicações devem ser feitas de forma elegante e respeitosa, ao contrário do que foi dito. Considerou um despatório a comparação de salários e de auxílio transporte. Informou que acompanhava o voto do Conselheiro Wagner Oliveira, no sentido de converter o julgamento do processo em diligência, a fim de verificar o que é possível ser pago. Por fim, defendeu que o objetivo primordial é aprender, sair com conteúdo jurídico. O Conselheiro Horácio Xavier relatou que havia estagiado no Ministério Público, e recebia uma bolsa auxílio de quarenta e três reais mais vale transporte. Relatou que quando foi Coordenador do Núcleo Especializado de Direito do Consumidor tinha feito uma proposta de capacitação dos estagiários, justificando que considera importante a capacitação e valorização, especialmente o respeito pelos estagiários em prol da instituição. O Ouvidor-Geral, Alderon Pereira manifestou preocupação com a formação dos estagiários, que considerava deficiente, e mostrou a importância dos estagiários para a instituição, conclamando que os estagiários continuassem a acolhida dos assistidos, de modo que o atendimento não fosse cessado. Pontuou que a melhor saída para resolver a questão é efetivar a proposta de criar a comissão, da qual a Ouvidoria gostaria de participar para contribuir. O Conselheiro Alexandre Orsi mostrou a importância dos estagiários na atuação fim do Defensor, e defendeu ser importante a comparação, sabendo aonde buscar traços de comparação, de forma respeitosa, sem fazer analogia. Avaliou que deveriam finalizar a discussão sobre as cotas, a fim de evitar a visão maniqueísta, diante do tema complexo, tendo em vista que cerca de oitenta por cento da matéria já havia sido votada. O Conselheiro Bruno Napolitano elogiou o trabalho feito pelos estagiários. Relatou que na unidade em que trabalhava, era uma via de mão dupla, pois o atendimento jurídico era massacrante, tendo um papel relevante na especialização de muitos estagiários que hoje são Defensores. Considerou que a bolsa é compatível, e pontuou que a situação não é tão caótica como colocado. O Conselheiro Rafael Bessa considerou o pleito justo, e ponderou a respeito da forma de manifestação. A Conselheira Kathya Beja considerou que existem diferentes pontos de vista, que devem ser expostos, mas de forma respeitosa. Aconselhou utilizar palavras de seu sentido mais claro, transparente e direto possível. Explicou que não seria possível optar pelo melhor de cada lei e gerar uma terceira regulamentação. Nesse sentido, informou que a instituição optou pela aplicação da Lei 988/06 nesse quesito e o Ministério Público do Trabalho exigiu o respeito à lei federal, a questão agora se encontra judicializada. Após, o Presidente manifestou que a administração superior se mantém aberta ao diálogo com os Estagiários e que, tal como sugerido anteriormente, propôs a formação de uma comissão formada por estagiários para discussão dos pleitos. Com relação às cotas raciais, o Conselheiro Pedro Avellar manifestou estranheza aos dados apresentados em momento aberto, citando que setenta e sete por cento dos negros seriam assassinados seriam negros e que a maioria dos presos seriam negros. Por fim, manifestou que o assunto das cotas, no mérito já tinha sido aprovado, e considerou que a questão caminha a bom termo. O Conselheiro Luiz Eduardo, no tocante a “coragem”, avaliou que nada tem a ver com adoção das ações afirmativas, e abordou que antigamente os negros podiam ser escravizados por que a Igreja católica dizia que eles não tinham alma. Colocou que se posiciona sempre levando em conta que é um representante eleito pelos Defensores Públicos, e pontuou que corajoso é aquele que segue o que acredita e reconhece seus erros. Considerou que faltam pequenos detalhes para implementar as cotas. O Conselheiro Luiz Eduardo, que integra a comissão reforma da lei Complementar nº 988/06, completou a manifestação do Presidente, dizendo que foram debatidos dois pontos importantes, a questão do Defensor Substituto e a sistemática de substituições e, que agora falta decidir a melhor estratégia política. Relatou que a intenção é avançar detalhando os trabalhos da comissão e trazê-los para debate no Conselho. Solicitou ao Ouvidor-Geral informações sobre a reintegração no centro da Capital relativo a um imóvel da Cúria Metropolitana. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa respondeu que a respeito da reintegração de posse do prédio antigo da Cúria. Ele respondeu que a reintegração

de posse havia ocorrido em um prédio antigo da Igreja Católica, que servia de como sede dos movimentos sociais antes de ser invadido. Apontou que houve reintegração pacífica, sem violência, e que houve acordo entre ocupantes e a Cúria. Completou informando que os desalojados foram acolhidos pela igreja no bairro do Glicério e que a Prefeitura que está disponibilizando equipamentos. Considerou que o problema vai aumentar, tendo em vista que já que há muitas pessoas vindas do Estado do Acre. Informou que, na última terça e quarta feiras, havia participado de reunião no Colégio dos Ouvidores em Porto Alegre, e informou que se discutiu a implantação de Ouvidorias em outros Estados. Aproveitou o ensejo para se reunir com movimentos sociais da região. Relatou que, em parceria com a Escola da Defensoria Pública, pretendem realizar no final de 2015 um encontro de três dias com a presença de todos os ex-Ouvidores. Em seguida, relatou que, na última quinta-feira, tinha se reunido no Fórum da Barra Funda com todos Coordenadores, CAM e representantes da OAB, relativo a várias reclamações que chegam à Ouvidoria. Informou que a reunião foi muito positiva, e citou que foram abordados vários assuntos, entre eles a devolução de documentos para outras VECs, visando a compreender o tramite interno, além de Defensor ausente do atendimento e atendimento telefônico. Nesse sentido, propôs a realização de sessão ordinária do Conselho Superior no Fórum da Barra Funda, de modo que os pleitos fossem apreciados em um debate local. Mostrou a necessidade de verificar-se a possibilidade de rever a forma como é feita a revista na entrada do Tribunal Justiça na Barra Funda, pois considerou vexatória, tendo polícia opressiva, além da enorme fila que se forma no local. Parabenizou o Defensor Geral pela premiação ao teleagendamento e considerou que o prêmio relativo ao 0800 traz mais responsabilidades, mas que ainda persistem alguns problemas. Apontou que tem tido grande abertura de diálogo com a Administração sobre esse assunto para melhorar o sistema, e reiterou a necessidade de acolher mais pessoas, inclusive os que têm mais problemas com a atual sistemática. Parabenizou ainda os Defensores Públicos pela indicação do prêmio Innovare, citando os dois Defensores da Unidade São José dos Campos. O Representante da Apadep, Jose Moacyr relatou que a associação ainda está tentando publicar uma nota no jornal Estado de São Paulo, mas que aguarda o retorno do veículo de comunicação. Informou que, caso o pedido fosse negado, o texto seria divulgado no portal da Apadep, reiterando estar à disposição para publicar a nota da Administração Superior. Pediu para que a Administração Superior iniciasse as tratativas por meio do Plano de Unificação, Modernização e Alinhamento do sistema de automação de processos do Tribunal de Justiça do Estado, visando respeitar às prerrogativas dos Defensores de manifestação por meio de cotas nos processos. Lembrou que por conta da migração do sistema do SAJ para o E-Saj, obriga-se o peticionamento, trazendo desgaste e perda de tempo. Considerou que se hoje está ruim, amanhã estará péssimo o sistema digital. Solicitou a publicação e a abertura do concurso de promoção do nível II para III, relativo a 2014, e defendeu que está havendo prejuízo aos Defensores, tendo em vista que não haverá retroatividade. Relatou que a entidade de classe identificou através de reclamações dos associados à contribuição indevida ao IAMSPE, entre outros, e apontou que a instituição vilipendia direitos dos Defensores, que ajuizaram muitas ações contra a Defensoria. Com relação aos estagiários, considerou ser um problema premente na carreira, sendo necessário fortalecer o quadro de apoio dos servidores, de modo que houvesse o dobro em relação aos membros. Relatou que, ultimamente, Defensores têm elaborado cartas e as põe no correio, e apontou que essa função deveria ser realizada pelos oficiais administrativos. Pontuou que o processo digital é uma subversão do sistema, e relatou que geralmente passa o dia cadastrando, e os estagiários fazem atendimento jurídico, nesse sentido, considerou que a instituição caminha para situação periclitante, sugerindo a redução pela metade o quadro de estagiários, desde que tenha quadro de apoio suficiente. Por fim, mostrou preocupação com a ergonomia, assinalando que as cadeiras utilizadas são inadequadas e podem vir a provocar lesões e a responsabilidade ficará com o Estado. Pontuou que a Coordenadoria Geral da Administração deveria se preocupar não só com melhor preço, mas deveria levar em conta também a ergonomia. Por fim, apontou que as cadeiras dos Conselheiros e da plateia são melhores do que as cadeiras oferecidas nas unidades. O Conselheiro Bruno Napolitano informou que, nesta semana, havia se reunido com Defensores na

Regional da Infância Infracional, e agradeceu a disponibilidade de todos os envolvidos para discutir a instituição como um todo. Registrou que a Segunda e Terceira Subdefensorias apresentaram aos Coordenadores a escala de final de ano, cuja discussão começou há algum tempo, e informou que as sugestões apresentadas foram apreciadas e levadas em consideração. Considerou possível acolher grande parte do que foi colocado, e informou que a escala de trabalho terá três plantões. Enfatizou que é impossível atender todas as peculiaridades, senão seria abdicar de administrar. Pontuou que passa por discussão o DIPO, avaliando ser o ponto nevrálgico da instituição, e que se estuda o impacto de qualquer mudança. O Conselheiro Rafael Bessa parabenizou o prêmio teleagendamento, estendendo as congratulações ao trabalho do Defensor Público Marcos Henrique e dos atuais envolvidos da Assessoria da Qualidade. Aproveitou para ressaltar a importância de exigir dos Coordenadores um relatório mensal de nomeações das regionais, visando a analisar o número e incluir na análise do projeto orçamentário que tramitará no âmbito do Conselho Superior no próximo ano. Após as manifestações, o Presidente manifestou pontualmente sobre os temas levantados pelos Conselheiros. Com relação à sugestão do Ouvidor Geral, sobre a realização de sessão na Regional Criminal, informou que inicialmente a prioridade será a realização de sessão no interior, sem prejuízo de agendar-se uma sessão na Barra Funda, após ouvido todos os Coordenadores Regionais. Com relação ao pedido do Representante da Apadep, José Moacyr, respondeu que o concurso de promoção do nível IV para V, a lista de antiguidade seria publicada pelo Departamento de Recursos Humanos no próximo sábado, dia 15 de novembro, e relatou que as demais listas seriam publicadas em sequência. Com relação ao peticionamento eletrônico, levantado pelo Representante da Apadep, respondeu que relatou que o quadro de apoio tende a crescer diante da previsão da contratação de pessoas formadas em direito, para que exerçam atividades análogas à de analistas jurídicos. Mencionou que a expansão depende da criação de novas vagas, mas que o tema está em discussão na comissão de alteração da lei complementar nº 988/06, visando a auxiliar a atuação dos Defensores Públicos. Quanto à ergonomia, respondeu que a Coordenadoria Geral da Administração detectou a necessidade de contratação de um engenheiro com especialização de segurança do trabalho, e já o fez, e pontuou que várias questões estão sendo consideradas, e o problema das cadeiras poderá ser outro tema abordado. Por fim, encaminhou para deliberação a antecipação da sessão do Conselho Superior para a próxima quarta-feira, dia 19 de novembro, em razão do feriado em que é comemorada a data da consciência negra, dia 20 de novembro. Após a discussão, encaminhou para deliberação, sendo aprovada por unanimidade a antecipação da sessão do Conselho Superior para quarta-feira, dia 19/11. Não havendo mais inscritos para manifestações, passou-se a ordem do dia. Consigna-se que às 12h08, a Presidência foi assumida pela Corregedoria Geral, Dra Kathya Beja. A Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 339/14 (excetuado a pauta). Interessada: Elizabete Freire Magalhães. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "IV Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão", a ser realizado no período de 19 a 23 de novembro de 2014. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir afastamento da interessada, após a apresentação de novo requerimento. A Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento da interessada, após a apresentação de novo requerimento. CSDP nº 344/14 (excetuado a pauta). Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "I Seminário internacional de justiça restaurativa e I Formação básica de derivadores de casos e potenciais agentes multiplicadores", nos dias 18 e 19 de novembro de 2014. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento, nos moldes do pedido inicial. A Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores/as: Lucia Thomé Reinert, Allan Ramalho Ferreira e Gustayo Siqueira Marques. Deliberou ainda, por unanimidade,

nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes servidores/as: Cristina Fumi Sugano Nagai e Ana Carolina Schmidt. CSDP nº 253/13. Interessada: Elisabete Gaidei Arabage Cirilo. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplina "Práticas, Campo de Aplicação e Atitudes Mediadoras" do programa de pós-graduação da FGV, às sextas-feiras, no período de seis meses. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir a prorrogação do afastamento, nos moldes do pedido secundário. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o pedido de prorrogação do afastamento da interessada. CSDP nº 254/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de distribuição de cargos da carreira de apoio da Defensoria Pública, criados pela Lei Complementar Estadual nº 1.203/13. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. A relatora informou que após ter proferido o voto pela retificação da lista de distribuição dos servidores, conforme a proposta da Primeira Subdefensoria, e apontou que foi juntado aos autos um novo requerimento da Unidade de Diadema. Nesse sentido, converteu o julgamento do processo em diligência, a fim de colher a manifestação do proponente. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, converter o julgamento do processo em diligência, a fim de colher a manifestação da Primeira Subdefensoria Pública-Geral. CSDP nº 261/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e colaboradores dos Núcleos Especializados. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. A Presidente franqueou a palavra ao Conselheiro Horácio Xavier, que havia pedido vista dos autos em sessão passada. Ele leu o seu relatório e proferiu o voto divergente, no sentido de mudar a ordem geral proferida pela relatora, Nesse sentido, votou pela indicação do Defensor Público Renato, e os seguintes suplentes respectivamente: 1) Liliane, 2) Valeria, 3) Peter, 4) Leticia, 5) Elton, e 6) Ricardo. A Conselheira Kathya Beja informou que seu voto contempla a área dedicada pelo Defensor, mesmo que nunca tenha integrado o Núcleo. Lembrou que seu voto indicava o Defensor Piter como integrante, e os demais suplentes na seguinte ordem: 1) Valeria, 2) Elton, 3) Leticia, 4) Liliane, 5) Renato e 6) Ricardo. Após a discussão, o Presidente concedeu vista ao Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. CSDP nº 286/14. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Jabaquara. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 21/06 (que cria as Defensorias Públicas Regionais da Capital e de sua Região Metropolitana). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de acolher a proposta de alteração da Unidade Jabaquara para a Regional Central da Capital, tendo em vista as dificuldades de logística existentes. O Conselheiro Horácio Xavier relatou que existe problema de espaço físico na Unidade Santo Amaro. O Conselheiro Bruno Napolitano pediu vista estudar melhor o assunto, e comentou que ainda até o presente momento, ninguém havia pedido mudança à Subdefensoria. O Conselheiro Pedro Avellar citou que o fórum do Jabaquara é no bairro da Vila Mariana. Após a discussão, a Presidente concedeu vista à Segunda Subdefensoria Pública-Geral. CSDP nº 340/14. Interessado: Icaro de Paula Freitas. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso "Treinamento em Gestão Ágil de Projetos - *Certified ScrumMaster*", a ser realizado nos dias 27 e 28 de novembro de 2014. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento, nos moldes do pedido inicial. A Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do interessado. CSDP nº 359/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselheiro Bruno Napolitano relatou que havia feito três alterações pontuais, e no mais acompanhou o voto do relator, apresentando minuta de deliberação. Acompanhou o entendimento o Conselheiro relator. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovada por unanimidade,

nos termos do voto vista. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto vista, Conselheiro Bruno Diaz Napolitano, aprovar a proposta de alteração, nos termos da Deliberação CSDP nº 306, de 14 de novembro de 2014, a ser publicada oportunamente. CSDP nº 114/14. Interessado: Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de Deliberação que concede afastamento, verba de representação e possibilita a nomeação de Defensor Público Assessor aos Conselheiros eleitos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselheiro Alexandre Orsi leu o relatório e proferiu o voto vista, no sentido de acolher o afastamento parcialmente, de mais um dia semanal aos Conselheiros eleitos a partir da próxima gestão, e embora entenda legalmente cabível a criação de cargos de Defensores Públicos Assessores aos Conselheiros eleitos por este colegiado, votou contrário a tal proposição por entendê-la inadequada neste momento. Após a discussão, a Terceira Subdefensoria Pública-Geral pediu vista dos autos para análise da proposta. Assim, a Presidente concedeu vista à Terceira Subdefensoria Pública-Geral. CGDP CAEP nº 052/13. Interessado/a: Hendrinne Fontana Noorduin. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o segundo relatório semestral. A Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 035/13. Interessado/a: Eduardo Terração. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o segundo relatório semestral. A Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 025/13. Interessado/a: Daniel Bidoia Donade. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o segundo relatório semestral. A Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 071/13. Interessado/a: Marcelo Dayrell Vivas. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o segundo relatório semestral. A Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 043/13. Interessado/a: Fernanda Fernandes Gomes Roza. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o segundo relatório semestral. A Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Impedido o Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h30, sendo prorrogados os demais processos na ordem do dia. CSDP nº 351/13. Interessados: Ouvidoria Geral da Defensoria do Estado, Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito e o Instituto Luiza Gama. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 112/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o limite de afastamento em funções e cargos de confiança. Relator: Conselheiro Luiz

Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o artigo 151 da Lei Complementar nº 988/06. (que trata do afastamento de Defensores Públicos para frequentar curso de pós-graduação ou empreender pesquisa, bem como estabelece a política de retribuição institucional pelo investimento). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 198/14. Interessado: CONDEPE. Assunto: Apresentação da lista tríplice para preenchimento do cargo de Ouvidor - Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 224/14. Interessada: Comissão Eleitoral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 242/12 (que disciplina o processo de eleição do Defensor Público-Geral e dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08 (que regulamenta a realização de atividade docente e discente por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara eriminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 253/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Correição Extraordinária, após deliberação do Conselho Superior. Relator:

Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 265/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2014). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 269/14. Interessada: APADEP. Assunto: Pedido de afastamento de Defensores Públicos para atividade associativa. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 273/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Final da Coordenação do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 293/14. Interessada: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Pedido de afastamento de Servidores Públicos para atividade associativa. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 303/14. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 30/07 (que fixa o número de Estagiários de Direito no âmbito da Instituição). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 314/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentar o julgamento virtual de processos administrativos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 324/14. Interessado: Coordenador da Unidade Barretos. Assunto: Proposta de alteração das atribuições na Regional de Ribeirão Preto - Unidade Barretos (1ª, 3ª e 4ª Defensorias Públicas da Unidade Barretos). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 325/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a julho de 2014). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 326/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação dos servidores nos plantões judiciais. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação

para a próxima sessão. CSDP nº 329/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 285/13 (que define as normas para o gozo de licença-prêmio pelos membros e servidores da Defensoria Pública, e dá outras providências). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Tu Moon Ming, Oficial de Defensoria, lavei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos quatorze dias do mês de novembro do ano de 2014.



Rafael Valle Vernaschi  
**Presidente**

Bruno Diaz Napolitano  
**2ª Subdefensor Público-Geral**

Alexandre Orsi Netto  
**Conselheiro**

Horácio Xavier Franco Neto  
**Conselheiro**



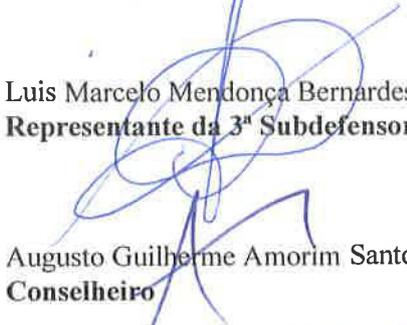
Pedro Antonio de Avellar  
**Conselheiro**



Alderon Pereira da Costa  
**Ouvidor-Geral**

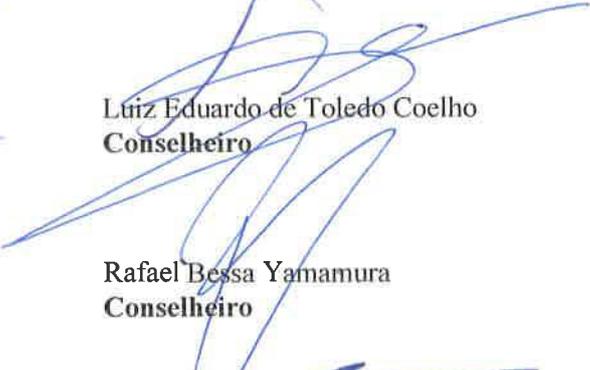


Kathya Beja Romero  
**Corregedora-Geral**



Luis Marcelo Mendonça Bernardes  
**Representante da 3ª Subdefensoria Pública-Geral**

Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa  
**Conselheiro**



Luiz Eduardo de Toledo Coelho  
**Conselheiro**

Rafael Bessa Yamamura  
**Conselheiro**



Jose Moacyr Doretto Nascimento  
**Representante da Apadep**